



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO E AS REFORMAS

BELO HORIZONTE — MG, 28 DE FEVEREIRO

AO RECEBER O TÍTULO DE «CIDADÃO MINEIRO», DURANTE A SOLENIDADE REALIZADA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO.

O diploma que me outorgastes e pelo qual tão generosamente me fizestes cidadão de Minas Gerais, não é dêesses que eu possa receber apenas como alta e singular honraria. Longe disso, para mim êle representa muito mais. Pois, embora não o houvesse chegado a aspirar, devo confessar que, dados os velhos, profundos e afetivos laços que me unem ao vosso grande Estado — e já agora posso dizer o nosso Estado — êle é na realidade o reconhecimento do que sou há longo tempo: também cidadão de Minas Gerais.

Bastará, aliás, que vos abra por um instante o coração e vos revele periodos marcantes da minha vida, para que bem compreendais quanto sou sincero e veraz no que vos digo. Contados dia a dia, faz quarenta e cinco anos que aqui em Belo Horizonte, nesta data, iniciei a minha existência de oficial do Exército. Poderei dizer que o homem tomava o lugar do adolescente. E, por mais que o tempo haja corrido, conservo bem nítidas as imagens daqueles dias, que, para mim, além do início do oficialato militar, haveriam de ser assinaladas pela pedra branca do meu casamento. Assim, em Minas Gerais, constituí família e, aos deveres de militar, como que se vieram unir novas responsabilidades do cidadão.

Não foi longo êsse estágio entre vós. Mas, como se um bom destino me aproximasse da vossa formosa capital, novamente tornei

a ela e, somados os dois períodos em que aqui tive a felicidade de residir, por mais de cinco anos, convivi com a família mineira ao mesmo tempo em que me cabia instruir e comandar jovens conterrâneos convocados para o serviço das armas. Sob o sol quente das montanhas e as claras noites, que são o justo encantamento da gente de Belo Horizonte, via desdobrarem-se diante de mim as perspectivas normais de uma modesta vida devotada à minha profissão. E aqui recebi o influxo das virtudes mineiras — a paciência sem imobilismo, o realismo sem frieza, o sentido de conciliação democrática sem a irresponsabilidade de atitudes, o aprêço à poupança e ao trabalho.

Certamente, vai tudo muito distante. A vossa capital deixou de ser a tranqüila cidade que ainda recordava os tempos da fundação para transformar-se na trepidante metrópole, onde pulsam a inteligência, o civismo e o labor dos mineiros.

Contudo, a gente é a mesma, com as características qualidades que são o seu apanágio desde os primeiros tempos da nacionalidade. Do mesmo modo que inalterados na minha memória, e sempre bem perto de mim, permanecem os benefícios que aqui encontrei e que, mesmo no envelhecer, não esmaecem nem perdem a retribuição da gratidão e da saudade.

Bem compreendeis, portanto, a razão que me assistia ao vos dizer que o título recebido não era apenas honraria, por mais alta que fôsse, mas também o revolver de emoções às quais se une agora a de me ver reconhecido como vosso concidadão.

Mas, com se devesse estar a minha existência sempre vinculada a Minas Gerais, não posso deixar de lembrar que daqui, e por vigorosa iniciativa do ex-Governador Magalhães Pinto, haveria de partir a Revolução da qual viria a caber-me, poucos dias depois, a maior responsabilidade. Na Presidência da República, não me desliguei deste Estado. Busquei ininterruptamente a colaboração de políticos mineiros, quer na administração, quer no Congresso Nacional. Na medida das possibilidades financeiras federais, procurei apoiar a profícua gestão estadual encerrada há

um mês, e o fiz para, sem dúvida, cumprir um dever da Federação a que elevada e decididamente, se impôs o Governo da Revolução.

Voltado para um nôvo estilo de administração e empenhado em acelerar o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, em tempos imemoriais apontada como uma coletividade essencialmente agrícola, àquele destacado homem público devem os mineiros, e, portanto, o Brasil, haver impulsionado grandes empreendimentos, que, sem dúvida, irão mudar a face do Estado. E os resultados dêsse esforço progressista e honesto constituem hoje marcos de uma nova era, na qual vemos o progresso escalar rãpidamente a serra do mar.

Deixamos de ser uma civilização litorãnea. E Minas Gerais é a grande porta aberta para o interior do Brasil, e por onde deverá passar o desenvolvimento rumo às imensas e ainda pobres regiões do Planalto Central. Por isso mesmo bem grande é a responsabilidade dos dirigentes do vosso Estado, pois, além de se capacitarem da impossibilidade do Brasil retroagir para os dias anteriores a 31 de março, devem alçar-se a uma altura em que os grandes interesses do Estado e do País não possam ser prejudicados pelas paixões e ambições políticas.

No particular é verdadeiramente animadora a posição assumida pelo Governador Israel Pinheiro, cujos propósitos de administração e a deliberação de colaborar com a Aliança Renovadora Nacional são o penhor de que não permitirá aos contra-revolucionários pretenderem perturbar daqui a obra da Revolução. Obra na qual são profundamente integrados todos os mineiros, sejam quais forem suas antigas origens políticas, e cujos sentimentos de amor à ordem, à democracia e à liberdade não podem estar esquecidos do tributo que precisaram pagar, inclusive a extraordinãria mulher mineira, para que a cruz de Cristo, vinda nas caravelas dos descobridores, aqui permanecesse firmemente erguida. Estou certo, porém, de que seguida a política de conagraamento em que se empenha o Governador Israel Pinheiro, muitos são os motivos para confiarmos em que o futuro de Minas Gerais não desmerecerã do presente. E, para isso, o nosso apoio não se ausentará.

Aliãs, é justamente para dar aos brasileiros a segurança do futuro que a Revolução não pode abrir mão dos podêres que lhe

são inerentes e inseparáveis. Até se implantar com firmeza e ficar a salvo das arremetidas dos que almejam por todos os meios o retrocesso do país à subversão e à corrupção, a Revolução precisará dispor de meios legais adequados. Meios dos quais a expressão mais forte tem sido os Atos Institucionais. Usados desde a primeira hora do triunfo da Revolução, representam o vigoroso instrumento com o qual foi e continuará possível preservar a democracia sem prejuízo da realização das exigências fundamentais do movimento revolucionário.

Na realidade, houve que escolher entre a capacidade de editá-los e a evidente possibilidade do Brasil despenhar-se inevitavelmente nas trevas de uma ditadura. A opção não era difícil, uma vez que o sentimento das Fôrças Armadas, também responsáveis pela vitória de 31 de março, era justamente no sentido da preservação da ordem democrática, tão perigosamente ameaçada pelo Govêrno anterior. E graças a isso, digam o que disserem os adversários da Revolução, alguns dêles saudosos beneficiários da corrupção, aí temos em pleno vigor as duas expressões maiores e fundamentais de qualquer democracia: o Congresso Nacional e a liberdade de imprensa. São elas o desmentido cotidiano daqueles que aqui ou no estrangeiro, cujo desconhecimento sôbre nós buscam enganar e explorar, vivem a proclamar a existência de uma ditadura. Singular ditadura, na qual, da tribuna parlamentar ou das colunas dos jornais, é possível atacar o Govêrno e a Revolução.

Podem, pois, os mineiros continuar tranqüilos no seu amor à democracia e à liberdade, conquistas inseparáveis da nossa civilização. Do mesmo modo que os nossos adversários devem desvanecer-se do propósito de impedir ou perturbar a marcha da Revolução, que continuará a usar, com prudência e firmeza, os instrumentos existentes e indispensáveis para confirmá-la, garanti-la e desdobrá-la.

Gostaria de falar ainda, para além do círculo destas montanhas, à grande massa trabalhadora do Brasil, aos que labutam na cidade e nos campos, tanto contribuindo para o nosso progresso e às vezes partilhando tão pouco dos seus frutos.

A Revolução de março não foi feita para estimular a luta de classes nem muito menos para preservar privilégios de classe. Seus

objetivos essenciais foram a modernização de nossa sociedade pela reforma de estruturas injustas ou arcaicas, pelo combate simultâneo à inflação, que nos rouba o presente, e à estagnação, que nos rouba o futuro, pela restauração da tranqüilidade política e social indispensável à realização do desenvolvimento e ao fortalecimento do Poder nacional.

A fácil pregação dos demagogos não havia seduzido senão uma pequena parcela da massa trabalhadora. Pôde, assim, a Revolução encontrar nos trabalhadores um grau de compreensão, de maturidade e até mesmo de sacrifício, que desaponta os seus falsos intérpretes de ontem, pelo esvaziamento de seus pressupostos e pela condenação de seus métodos de agitação. A massa trabalhadora brasileira não deseja ser apenas lubrificante eleitoral nem combustível para a subversão. No seu duro labor, ela confia em que as vicissitudes de hoje serão superadas pelo trabalho e pelo desenvolvimento e que no Brasil de amanhã, no Brasil que estamos construindo, não prevalecerão a injustiça social, a falta de oportunidades, a falta de recompensas. Só uma lição podemos aprender do comportamento realista das classes trabalhadoras brasileiras: é que a elas, como povo, não interessam as soluções de catástrofe, não as seduzem a destruição e o aniquilamento da ordem e dos valores democráticos.

Isso é tanto mais encorajador quanto os nossos trabalhadores se viram expostos tão longamente à irradiação maligna dos falsos amigos e líderes.

Os falsos amigos eram os que prometiam muito mais do que a economia pode dar. Prometiam salários nominais muito além do crescimento possível da produção e da produtividade. O resultado foi, em alguns casos, a rápida anulação desses salários, pela alta de preços, e, em outros, a perda de capacidade de investimento, seja da empresa privada, seja do Governo, diminuindo assim a nossa capacidade de criar empregos produtivos para as novas gerações que aportam ao mercado de trabalho. Falsos amigos eram os que prometiam aposentadoria precoce e contínua redução de horas de trabalho, até níveis que nem mesmo as nações mais ricas se podem dar o luxo de pretender, como se fôsse possível acelerar o momento de recompensa, encurtando a intensidade e

a duração do esforço. O resultado era a perda de eficiência da economia em seu conjunto, o encarecimento da produção, passando alguns sacrificados a carregar o pêso injusto da ociosidade de muitos. Falsos amigos eram os que procuravam criar artificialmente maior número de empregos, com exigências desarrazoadas e antieconômicas de ocupação de mão-de-obra, expediente com o qual conseguimos matar nossa navegação fluvial, debilitar seriamente a navegação de cabotagem, tornar proibitivos os custos portuários e pesadamente deficitárias as nossas ferrovias. Todos êsses meios de transporte poderiam ter preservado sua vitalidade, e assegurado sua expansão, absorvendo gradualmente um volume muito maior de mão-de-obra, se não houvessem sido tornados anti-econômicos por uma política de empreguismo verdadeiramente suicida.

Falsos amigos eram ainda os que abriam indiscriminadamente as portas do serviço do Estado, sem qualquer critério de recrutamento ou seleção, criando essa massa enorme de servidores públicos, mal remunerados e de produtividade reduzida, consumindo no simples custeio da máquina administrativa recursos preciosos que, aplicados em investimentos de infra-estrutura, garantiriam emprêgo produtivo a muitos e criariam a base essencial ao desenvolvimento econômico nacional.

Falsos amigos eram, finalmente, os que defendiam um regime de preços subvencionados para a importação de combustíveis e trigo e para o consumo de energia elétrica e outros serviços, sob o pretexto de minorar os sacrifícios das classes pobres. Mas o fato é que, enquanto os maiores consumidores dêsses produtos e usuários dêsses serviços se concentram na classe média e nas elites urbanas, o custo dessa subvenção estava sendo cobrado, pela emissão de papel moeda ou agravação de impostos, de tôda a população brasileira, inclusive as grandes massas rurais e os aglomerados urbanos mais pobres. E no final ficavam todos prejudicados pela carência de recursos para a construção de estradas, pelo desestímulo à produção agrícola nacional e pelo racionamento dos serviços artificialmente baratos.

Mais perigosos talvez que os falsos amigos da classe trabalhadora foram os seus falsos líderes.

Falsos líderes eram os que exploravam as organizações sindicais, não como instrumento de mobilização econômica a fim de alcançar melhores condições de vida para a classe operária, mas como instrumento de pressão política para promoção de sua liderança e poder pessoal, interessando-se pela vida sindical estritamente na proporção em que os sindicatos eram matrizes de mobilização política e subversão social.

Falsos líderes eram os que corrompiam as instituições de previdência e assistência social, onerando-as com pesadíssimas despesas de administração, através de desenfreado empreguismo, desviando dinheiros descontados dos próprios salários dos trabalhadores e que deveriam ser religiosa e exclusivamente devotados à prestação de serviços aos segurados.

Falsos líderes eram os que incentivavam a luta de classes, atirando empregados contra patrões, obtendo destes dinheiro, pela intimidação, e daqueles votos, pela mentira e pela corrupção, sem medir as conseqüências dessa atitude que nos levaria, como nos levou, ao caos social e à estagnação econômica.

Há, felizmente, em nossa operosa massa trabalhadora, muito mais inteligência e bom-senso do que imaginam os demagogos. E a compreensão que o Governo Revolucionário vem encontrando entre os trabalhadores revela que não precisamos de protestos organizados artificialmente para distrair a miséria, mas de esforço conjugado para destruir a miséria e erguer os padrões de vida de todos os brasileiros, indistintamente. O que o Governo Revolucionário se propõe, e isto é o que os trabalhadores revelam compreender, não é a criação de privilégios para sindicatos politicamente mais fortes, mas a geração de oportunidades de melhoria de vida para todos, mediante a aceleração de um desenvolvimento racional, estável e contínuo. Nisso, como em outras coisas mais, discordamos dos que pensam agradar os trabalhadores servindo-lhes uma dieta de ilusões em lugar de uma realidade melhor, ainda que provisoriamente menos sedutora. Mas nisso também enganam-se os demagogos, que não mais iludem os trabalhadores quando trocam a coragem de assumir a responsabilidade de fazer o que a Nação precisa pelo subterfúgio de adotarem apenas o que é eleitoralmente aconselhável.

O nosso velho vocabulário político, assim como a nossa velha prática administrativa, abusaram da expressão «direitos adquiridos». É tempo de nos lembrarmos um pouco mais dos «deveres descumpridos». Porque uma Nação cujos cidadãos porfiam em reclamar somente o gozo de direitos, esquecendo a disciplina dos deveres, está fadada ao subdesenvolvimento econômico, à injusta perpetuação de privilégios e à desintegração moral .

Ao aceitar a responsabilidade de Supremo Mandatário da Nação, sempre procurei comportar-me como o primeiro dos servidores do povo. Por isso considero-me com autoridade para um diálogo franco e honesto com os trabalhadores, cujos sentimentos conheço e cujas aflições partilho.

É fundamental, por isso mesmo, desfazerem-se mal-entendidos semeados maliciosamente entre a classe operária, precisamente por aqueles que dela se serviram, pretextando servi-la.

Fala-se, por exemplo, em congelamento de salários: mas êsse nunca foi objetivo, nem instrumento da política salarial do Governo, precisamente por reconhecermos que a alta de preços resultante da inflação galopante por nós herdada, no contexto de uma produção estagnada, teria que ser julgada gradualmente, não podendo ser detida instantâneamente, senão por milagre inatingível ou por violentíssima redução do dispêndio público e privado. O que procuramos fazer, e com grau apreciável de êxito, foi diminuir a velocidade e a intensidade da alta de preços, ao mesmo tempo em que criávamos condições para a retomada do desenvolvimento, único capaz de gerar empregos produtivos e dignos para a massa trabalhadora.

1963 foi um ano de queda da nossa renda por habitante. Em 1964, ano de transição, já conseguimos um modesto acréscimo. Em 1965, tudo indica que a renda por habitante tenha crescido em aproximadamente 3%.

As negociações salariais e os reajustamentos das diversas categorias profissionais têm prosseguido normalmente, sob o império da Lei 4.725 votada pelo Congresso, que garante aos assalariados a manutenção do poder aquisitivo real médio dos últimos dois anos e, portanto, de sua participação na renda nacional.

e prevê mesmo o seu aumento, em função de incrementos de produtividade. Em 1964, o reajustamento salarial médio das principais categorias profissionais na região central do país foi superior a 80%, enquanto que a alta de preços, nos doze meses subsequentes às revisões salariais, não excedeu, em média, de 46%. Os últimos reajustamentos, em fins de 1965, oscilaram em torno de 40% e esperamos para 1966 uma taxa de inflação bem inferior à do ano passado, havendo mesmo perspectivas de nos reaproximarmos da estabilidade ao longo do ano.

Completada a grande maioria das revisões salariais das categorias profissionais, recomendei ao Ministério do Trabalho que, mesmo antes de concluído o triênio estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho, proceda à revisão do salário-mínimo, aplicável à mão-de-obra não qualificada, devendo o seu pagamento iniciar-se no mês de março, quando se expiram doze meses da última revisão salarial.

Onde, então o Governo Revolucionário congelou salários? Essa acusação, sobre leviana e injusta, pretende apenas que retornemos ao caos dos reajustamentos incompatíveis com a realidade econômica do país — caminho mais curto para o desemprego, a desagregação financeira e, finalmente, o desespero das classes trabalhadoras.

Não se violam impunemente os princípios da economia. Os que mais falavam, em passado recente, na melhoria do padrão de vida do trabalhador, foram os que mais rapidamente destruíram o salário real do operário, pela aceleração da inflação, e mais cruelmente lhe roubaram oportunidades de emprego e melhoria social, pela estagnação econômica.

Há ainda os que acusam a política econômica do Governo de não ter repartido equitativamente os encargos de combate à inflação, que recairiam quase exclusivamente sobre os trabalhadores.

Mas a verdade é que o Governo empreendeu uma profunda reforma fiscal precisamente para obrigar os ricos a pagar impostos de acordo com a sua capacidade. Hoje, os que sonham tributos e exibem, num país pobre, afrontoso fausto e luxo, têm possibili-

dade de experimentar os efeitos da punição. Foram eliminados o crédito especulativo, à sombra do qual se construíram no passado rápidas fortunas, e o crédito subvencionado, que dispensava o empresário de planejar cuidadosamente e gerir austeramente seus negócios. Ninguém mais hoje aumenta seu patrimônio, ou adquire capital de giro, pelo expediente ilegítimo de evadir ou retardar o pagamento de contribuições para os Institutos de previdência social, até mesmo da parte descontada dos salários de seus empregados.

Com a aplicação, ora iniciada, do Estatuto da Terra, o latifundiário improdutivo começará a sentir o pêso corretivo da carga fiscal, que o obrigará a lavrar efetivamente a terra ou a transferi-la aos que o desejam fazer. Em verdade vos digo: nada tem preocupado mais o Govêrno do que cercear privilégios e corrigir injustiças do nosso sistema econômico, pois que se todos se beneficiarão da estabilidade de preços, todos devem contribuir para alcançá-la.

Considero oportuno fixar, com clareza e sinceridade, a posição do Govêrno em relação ao útil debate aberto em tórno do tema do direito dos empregados: a estabilidade. Desejo declarar de início, alto e bom som, que um Govêrno nascido para restaurar a ordem, moralizar a administração e corrigir injustiças sociais, jamais pensaria em eliminar legítimas conquistas operárias, que realmente contribuissem para a melhoria do padrão de vida e para a continuidade e aceleração do desenvolvimento econômico e social. Não se trata de eliminar o que é bom, mas de aperfeiçoar o que a experiência revelou ser menos uma conquista do que uma ilusão. E a dura verdade é que, burlado pelos patrões, e deformado pela escassa minoria dos trabalhadores que a alcançam, o instituto da estabilidade tornou-se um autêntico «instituto de iniquitação».

A situação atual estimula o empregador a usar artificios e buscar, de qualquer modo, a dispensa por causa justa, a fim de se livrar do ônus latente, ou então a evitar que o empregado atinja 10 anos, indenizando-o antes de completar êsse tempo, pelo receio de indisciplina e descaso pela produtividade do trabalhador que atinge a estabilidade. A situação atual estimula também o empregado a criar situações insustentáveis, que acarretam sua demis-

são com indenização, ou a acordar com o empregador sua própria dispensa, a fim de transformar o direito adquirido em um pouco de dinheiro, que na maioria dos casos, é dissipado sem trazer benefício senão ocasional, episódico e fugaz.

Ninguém, nem mesmo o demagogo, tem o direito de ignorar que na situação atual, à medida em que passa o tempo a serviço de um mesmo empregador, o empregado vai se tornando progressivamente mais inseguro. À medida em que se aproxima a época crítica da aquisição da estabilidade, o empregado aguarda, às vezes com quase certeza, a dispensa, ou ainda, após esta, passa a enfrentar as incertezas de conseguir um novo emprego. Isso significa não somente uma enorme angústia humana. Representa também uma perda de produtividade para a economia em seu conjunto, situação tanto mais absurda quando, exatamente na fase em que o trabalhador atinge mais elevado grau de especialização e eficiência profissional, vê cerceadas suas perspectivas de continuidade e de promoção ou vê-se obrigado, às vezes, a reambientar-se em outras atividades, desperdiçando o treinamento adquirido, quando não consumindo rapidamente, no intervalo entre empregos, a indenização recebida.

Para as empresas, de outro lado, quando um grande número de empregados atinge a estabilidade, criam-se situações insolúveis, com baixa de produtividade e afrouxamento de disciplina, gerando problemas de toda a ordem, não só para uma administração eficiente, como para o próprio desenvolvimento de um espírito de colaboração sadia entre a mão-de-obra e o capital. Além disso, a rigidez do sistema de estabilidade e a acumulação dos ônus financeiros daí decorrentes, dificultam, em caso de recessões setoriais, a reorganização ou contração das atividades das empresas, levadas a situações de insolvência, caso em que se extingue por igual a contribuição do empregador e o direito do empregado.

Olhando mais para o futuro, é impossível ignorarmos que a tecnologia moderna, que em muitos casos somos obrigados a importar, marcha no sentido de crescente automatização; isso exige uma mobilidade muito maior da mão-de-obra, que necessitará de contínua readaptação e treinamento, para buscar novas oportunidades de emprego em outros setores capazes de absorver maior

volume de mão-de-obra, ou que sejam criados pelo próprio acréscimo de produtividade resultante da automatização. Devemos aliar-nos à tecnologia moderna e não contra ela lutar estérilmente.

O Governo está colhendo idéias e propostas, e convida os próprios sindicatos e os trabalhadores individualmente a sugerirem fórmulas mais aperfeiçoadas, que sejam socialmente justas e economicamente viáveis, e também representem efetiva garantia para o trabalhador, e não apenas uma fonte de atrito e uma semente de inquietação. Posso assegurar aos trabalhadores que o instituto da estabilidade não será modificado antes de encontrarmos uma fórmula melhor, em cuja elaboração desejo a participação de empregados e empregadores, e que deverá ser objeto de ampla discussão no Congresso Nacional.

Não vim para destruir e sim para melhorar. Entre as várias idéias que vêm sendo debatidas, merece atenção a proposta de criação de um fundo de estabilidade social e habitação, combinado com um sistema de seguro contra o desemprego. Através desse fundo, a obrigação de indenização converter-se-ia num depósito mensal, em conta vinculada, em nome do empregado, em estabelecimento bancário de sua escolha, para transferência ulterior ao Banco Nacional de Habitação. Esse depósito, que constituiria propriedade do empregado, seria automaticamente transferido para uma nova conta, sempre que houvesse mudança de emprego, ou no ato de admissão em novo emprego, rendendo juros crescentes em função da duração da permanência do empregado no estabelecimento em que trabalhe. Poderia servir de garantia para financiamento do Banco Nacional de Habitação, destinado à aquisição de casa própria, ou utilizado, em caso de emergência, para outras finalidades que beneficiem a família do empregado, assim como no financiamento do seguro de vida total, ou ainda no estabelecimento de negócio pelo empregado por conta própria.

A estabilidade, assim garantida por um fundo de economia, permitirá criar uma consciência crescente de igualdade de oportunidade para todos os empregados, dar-lhes-á confiança e flexibilidade para pesquisar no mercado as melhores oportunidades de trabalho e eliminará a sensação de injustiça, toda a vez que, por problema de relações humanas, seja o operário dispensado.

Esta é apenas uma das possíveis alternativas, dentre as várias que podem e devem ser meditadas e trabalhadas, em seus complexos pormenores técnicos e nos inevitáveis problemas de adaptação das situações existentes, por todos aqueles que, sem falso paternalismo ou corrupta demagogia, querem, do fundo do coração, o bem-estar dos trabalhadores. Isso porque também trabalham, austeramente, em diversas vocações e com diversas responsabilidades, para construir a grandeza do país e minorar a angústia humana. São possíveis várias fórmulas e várias opções. O que não é possível é ignorar que o problema existe, como se o pudéssemos eliminar pela encantação ou pelo exorcismo.

É tempo de relembrar, em poucas palavras, a política do Governo Revolucionário em relação aos trabalhadores, neste momento humanamente significativo em que visito a terra mineira. O primeiro objetivo do Governo Revolucionário é valorizar o salário real do trabalhador, pela luta contra a inflação. O segundo é ampliar as oportunidades de emprêgo, pela retomada do desenvolvimento econômico. Um outro consiste em moralizar e aperfeiçoar o sistema de previdência social, unificando serviços e reduzindo custos administrativos, a fim de que as contribuições arrecadadas sirvam para custear a assistência aos segurados e não para alimentar o empreguismo burocrático. Finalmente, o quarto objetivo é a democratização das oportunidades de acesso à terra, à educação e à casa própria, pelas massas trabalhadoras.

Sem falsa modéstia, nem descabido orgulho, em pouco tempo, e face a dificuldades não pequenas, conseguimos fazer mensurável progresso na realização de todos êsses objetivos.

O ritmo da inflação se abateu consideravelmente, tornando menos fugazes os reajustamentos salariais e dando-nos a esperança de que, em futuro não remoto, o trabalhador não tenha mais que enfrentar a sinistra corrida entre salários e preços.

Em 1964, pusemos têrmo ao ciclo de retrocesso econômico iniciado em fins de 1961, cujas conseqüências cumulativas, em têrmos de diminuição de investimentos e de oportunidades de emprêgo, representaram pesada herança de erros a sanar e distorções a corrigir. Em 1965, apesar do inevitável choque da reversão

de expectativas, a economia retomou seu crescimento, e, em 1966, esperamos consolidar e intensificar investimentos, destinados a criar empregos produtivos, não só nas indústrias básicas e de transformação, mas também na mineração e na agropecuária.

No campo da previdência e da assistência social, foi imprimida maior estabilidade à administração dos Institutos e demais órgãos. Graças à correção monetária dos débitos fiscais, os empresários não mais encontram na retenção das contribuições um confortável método de acréscimo do seu patrimônio. Os Institutos readquiriram sua estabilidade econômica e, vencida esta primeira etapa, espera o Governo, através de uma reformulação do sistema e do mecanismo da previdência social, realizar o que fôra prometido e descumprido — dar assistência aos empregados.

No terreno da democratização das oportunidades, o avanço foi também significativo. Através de decreto recém-assinado, foi constituído um programa especial de bôlsas de estudos, destinado exclusivamente aos filhos de trabalhadores e administrado pelos próprios órgãos sindicais, por mim convidados e estimulados a ampliarem sua missão, para pensar em novas e duradouras conquistas — a educação e a casa própria — ao invés de se confinarem a simples reivindicação salarial. No tocante ao acesso à casa própria, o Banco Nacional de Habitação, apesar das inevitáveis dificuldades administrativas de implantação de um mecanismo novo, em pouco mais de um ano está construindo maior número de unidades que a Fundação da Casa Popular em tôda a sua existência, e mais da metade do construído pelos Institutos de previdência em uma vintena de anos de trabalho.

Mas apenas iniciamos o ataque ao angustioso problema de habitação. É necessário fazer muito mais e mais depressa. Determinei ao Banco de Habitação que formule, em cooperação com os Sindicatos, um novo programa para acelerar o acesso à casa própria.

Somando os seus recursos próprios aos dos empresários que concorram com meios financeiros ou terrenos e finalmente a uma pequena poupança do próprio trabalhador dentro de suas possibilidades salariais, o Banco ativará a construção de unidades familia-

res, que serão distribuídas através de planos aprovados e fiscalizados pelos Sindicatos operários. Canalizará o Banco parte considerável de seus recursos próprios, e os que conseguir através de financiamentos, para êsse sistema, que já está sendo submetido ao Ministério do Trabalho, para ser discutido e aperfeiçoado pelas entidades de classe.

São inúmeras, outrossim, as emprêsas que se propõem a vender suas vilas operárias aos seus trabalhadores, destinando o produto da venda à constituição de um fundo para construir novas casas a serem também repassadas aos operários. O Banco Nacional de Habitação prevê em seu programa o aproveitamento de todos êsses recursos, juntamente com os de municipalidades, coordenando-os e dinamizando-os, num plano de que certamente resultará um enorme acréscimo das possibilidades de aquisição de casas pelos próprios trabalhadores. Já foi iniciada também a mobilização de recursos externos, mediante um programa de cooperação intersindical. Em breves dias, se concluirão os trâmites de um empréstimo de 23 milhões de dólares de Sindicatos norte-americanos a Sindicatos brasileiros, com aval do Banco de Habitação, em nome do Govêrno, que permitirão a construção de cêrca de oito mil unidades residenciais em várias capitais brasileiras de maior concentração operária.

Os problemas mais focalizados, e diàriamente mais visualizados, dos trabalhadores urbanos não nos devem, entretanto, fazer esquecer a situação bem mais penosa dos trabalhadores rurais. Foi em benefício dêsses que se formulou o «Estatuto da Terra». O Estatuto encontra-se em início de aplicação e permitirá humanizar os contratos de arrendamento e parceria, ao mesmo tempo em que a tributação progressiva sôbre a terra improdutiva forçará brevemente o parcelamento de glebas inaproveitadas, em beneficio dos que querem lavrar a terra. Mas o problema rural brasileiro não é apenas uma questão de reforma agrária e sim, principalmente, de política agrária. Nunca, como no atual Govêrno, se procurou canalizar tanto crédito para a agricultura, inclusive para o pequeno lavrador, e nunca foi tão eficaz a política de sustentação dos preços mínimos de agricultura, na qual investimos no ano passado perto de trezentos bilhões de cruzeiros.

Este Governo não agitou publicitariamente a bandeira das reformas. Executou as que deviam ser executadas, não contra esta ou aquela classe, mas a favor de todos. Seguindo o preceito de Rui Barbosa, o Governo tornou as reformas conservadoras onde encontrou o que conservar, tímidas, onde houve o que respeitar, agressivas onde houve o que atacar, e revolucionárias onde houve o que superar.

Estas são as afirmações que desejaria dirigir ao povo mineiro e, através d'êlo, a todos os trabalhadores do Brasil. Podem estar êles confiantes de que, se o Governo não fêz promessas vazias para ser agradável ou falsamente humanitário, não tolerará jamais que a prosperidade de alguns seja construída sôbre a miséria de muitos, e exigirá de todos, grandes e pequenos, trabalhadores, empresários e administradores, que se convençam da verdade rudimentar e esquecida de que a principal segurança, a única segurança dos nossos direitos, está no cumprimento dos nossos deveres.

Ao concluir estas palavras, testemunho do meu profundo reconhecimento pelo título com que me incorporais à vossa comunidade, desejo também manifestar o meu aprêço e a minha afeição pelo povo que tão expressivamente representais.

Podeis estar certos — êste é o meu compromisso com Minas Gerais —, até o fim do meu mandato continuarei a trabalhar pelos ideais que, através do tempo, têm inspirado esta extraordinária coletividade que, encaستada nas suas montanhas, foi sempre decisivo fator de segurança e grandeza para o Brasil.